

RECURSO ESPECIAL Nº 1.707.999 - DF (2017/0278962-7)

RECORRENTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : GUSTAVO ASSIS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF018489
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS
INTERES. : CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - CDCA/DF

DECISÃO

O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios ajuizou ação civil contra o Distrito Federal e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA-DF, com o objetivo de dar prosseguimento na realização do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar do Distrito Federal, quadriênio 2016-2019, nos termos das normas vigentes no momento de sua abertura, ante a inaplicabilidade do Decreto Distrital n. 2.039/2015.

A ação foi julgada procedente, determinando aos réus a observância da Resolução n. 72 de 2015 e do Edital n. 2/2015 no referido processo de escolha (fls. 266-272), decisão mantida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que, em grau recursal, deliberou nos termos assim ementados (fls. 383-385):

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA OFICIAL. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROCESSO DE ESCOLHA DE MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES. QUADRIÊNIO 2016-2019. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. PRAZO RECURSAL. PROCEDIMENTO AFETO À VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PREVISÃO CONTIDA NA LEI Nº 7.347/1985. PRELIMINAR. AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DE INTERESSE DE AGIR. REJEIÇÃO. MÉRITO. LEI DISTRITAL Nº 5.482/2015. NORMA POSTERIOR À PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 02/2015 - CDCA/DF. NÃO INCIDÊNCIA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS E TEMPUS REGIT ACTUM. SENTENÇA MANTIDA.

1. O artigo 198, inciso II, do ECA prevê prazo recursal de 10 (dez) dias para os todos os recursos afetos à Justiça da Infância e da Juventude. Ocorre que, tratando-se de ação civil pública, o prazo para interposição de recurso deve obedecer aos ditames do Código de Processo Civil, naquilo em que não contrariar as disposições da Lei nº 7.347/1985 (artigo 19).

2. Estando a lide pendente, nem mesmo a homologação do resultado final do processo eletivo deflagrado com o Edital nº 02/2015 - CDCA/DF, para escolha dos Conselheiros Tutelares do DF, provoca a ausência superveniente do interesse processual, especialmente em se tratando de discussão acerca da

Superior Tribunal de Justiça

legislação aplicável à eleição em destaque. Com efeito, apenas a prestação jurisdicional, em sede de cognição exauriente, poderá estabelecer em definitivo qual a norma aplicável ao aludido certame.

3. O princípio da segurança jurídica, princípio geral do direito, com fundamento no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, impede que lei nova possa retroagir para afetar direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada; ou, em outras palavras, evita que alterações legais supervenientes desequilibrem a vida em sociedade, alçando a estabilidade como uma certeza para as regras sociais.

4. Segundo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o edital, como lei interna do concurso público, vincula a própria Administração a partir de sua publicação, de sorte que sua modificação é dada como excepcional, só admitida em casos de alteração no plano de carreira, desde que observados os princípios da Administração Pública. Precedentes.

5. Em atenção ao princípio da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório, a Resolução nº 72/2015 - CDCA/DF e, por conseguinte, o Edital nº 02/2015 - CDCA/DF, elaborados com base na Lei Distrital nº 5.294/2014 (artigos 46, parágrafo único, e 49), vigente ao tempo das respectivas publicações, não podem ser alterados com a superveniência de novo regramento legal (Lei Distrital nº 5.482/2015 e Decreto Legislativo Distrital nº 2.039/2015).

6. A Resolução nº 72/2015 e o Edital nº 02/2015 - CDCA/DF foram editados à luz das disposições constantes na Lei Distrital nº 5.294/2014, no ECA e, ainda, na Resolução nº 170/2014 - CONANDA, vigentes à época das respectivas publicações, de modo que não há aqui qualquer conflito entre norma inferior e superior a ser solucionado pelo princípio da hierarquia das normas.

7. O processo de escolha dos membros dos conselhos tutelares não consiste em um processo eleitoral típico, de forma a autorizar a incidência de todos os princípios a ele afetos, como o da anualidade e o da anterioridade eleitoral. Contudo, diante dos princípios da segurança jurídica e da vinculação ao edital e, ainda, da irretroatividade das leis e do *tempus regit actum*, não há como se permitir a mudança do edital a partir de disposições legais a ele supervenientes.

8. Apelação cível e remessa oficial conhecidas, preliminar rejeitada e, no mérito, não providas.

O Distrito Federal interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação do art. 485, VI, do CPC/2015, sustentando a perda superveniente do interesse de agir, em razão do encerramento do processo seletivo objeto da discussão, situação, inclusive, que levou à eleição e posse dos Conselheiros eleitos.

Aponta, também, afronta ao art. 3º da Lei n. 8.666/93; ao art. 6º da Lei n. 12.376/10 e ao art. 54 da Lei n. 9.784/99, uma vez que não há qualquer irregularidade ou ofensa aos princípios neles insculpidos, relativamente ao instrumento convocatório, ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.

Contrarrazões ofertadas (fls. 440-449).

Em parecer, o Ministério Público Federal opinou pelo

Superior Tribunal de Justiça

improvemento do recurso (fls. 476-482).

É o relatório. Decido.

A situação é bastante peculiar.

O recorrente aponta perda superveniente do objeto, e o acórdão recorrido, sobre o tema, considerou que a homologação do resultado final do referido processo seletivo, por si só, não levaria à perda do objeto, uma vez que apenas a prestação jurisdicional, em cognição exauriente, poderia estabelecer em definitivo qual a norma aplicável ao aludido certame.

De fato, ainda que no momento da prolação do *decisum*, à consideração de que a tutela antecipada fora deferida - ainda em 2016 -; de que a sentença foi de procedência do pedido, também no ano de 2016, e a decisão confirmada pelo acórdão recorrido, tenha-se proferido entendimento pelo afastamento da perda do objeto, o fato é que na atualidade, apresenta-se evidente a perda do objeto do presente recurso especial.

A eleição em questão foi realizada para o período de 2016-2019. Considerando que faltam apenas 3 meses para o término do ano de 2019, tal circunstância leva à perda do objeto, valendo-se do entendimento acerca da preservação da situação consolidada pelo tempo, nos termos da jurisprudência desta Corte, *verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. WRIT CONTRA DECISÃO JUDICIAL SUJEITA A RECURSO SEM EFEITO SUSPENSIVO. ART. 5º, II, DA LEI N. 12.016/2009. CABIMENTO. JULGAMENTO DO RECURSO PRÓPRIO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. CARÊNCIA SUPERVENIENTE DE INTERESSE RECURSAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. LITISPENDÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. LIMITE PARA PAGAMENTO MEDIANTE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - RPV. ALTERAÇÃO PELA LEI DISTRITAL N. 3.624/2005. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS CONSOLIDADAS NO TEMPO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

[...]

V - Acórdão recorrido em confronto com a orientação do Supremo Tribunal Federal no sentido de que, não obstante a aplicação imediata da Lei

Superior Tribunal de Justiça

n. 3.624/2005, devem ser observadas as situações jurídicas consolidadas no tempo (direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada), como no caso de condenação transitada em julgado e instauração da execução em momento anterior ao da superveniência da lei distrital que reduziu o valor das obrigações devidas pela Fazenda Pública, submetendo-as ao regime ordinário do precatório, em detrimento da utilização do mecanismo da RPV.

[...]

IX - Agravo Interno improvido.

(AgInt nos EDcl no RMS 33.868/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ENSINO SUPERIOR. COLAÇÃO DE GRAU SIMBÓLICA. PARTICIPAÇÃO DA ALUNA GARANTIDA POR LIMINAR. OCORRÊNCIA. PERDA DE OBJETO DO MANDAMUS. DESCONSTITUIÇÃO. INVIABILIDADE. SITUAÇÃO FÁTICA CONSOLIDADA.

1. A aluna pleiteou, em mandado de segurança com pedido de liminar, sua participação na solenidade de formatura e cerimônia de colação de grau. Portanto, o acórdão de origem que reconheceu a perda de objeto do mandamus não comporta reforma, haja vista já ter ocorrido, por liminar, a participação da aluna nas referidas solenidades acadêmicas.

2. "Em casos excepcionais, em que a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenção da situação consolidada pelo decurso do tempo (conclusão do curso e obtenção do diploma), por intermédio do mandado de segurança concedido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem firmado-se no sentido de aplicar a teoria do fato consumado" (REsp 1.346.893/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 12/11/2012).

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1465543/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 16/09/2014)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, julgo prejudicado o presente recurso especial, em razão da perda superveniente de seu objeto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator